

# A questão social

O GLOBO

JOSÉ SARNEY 29 MAI 1997

A desigualdade social persistente e constante na História do Brasil é uma tendência, absolutamente cruel, que a cada ciclo histórico, cada vez mais, faz com que os extremos se afastem. É fruto do modelo de colonização aqui imposto, caracterizado pela exclusão social.

Quando a gente se debruça sobre os documentos fundadores das instituições nacionais, não encontramos nenhuma preocupação sobre a criação de uma sociedade justa. Abusa-se muito das palavras liberdade, independência, religião, união, tranqüilidade, paz, Deus e obediência ao rei. Mas, em nenhum momento aflora a preocupação pela injustiça social, a pobreza, o sofrimento e o infortúnio dos mais desvalidos.

É que as decisões que fizeram a construção do país foram de compromisso, costurada pelas elites, a nobreza, o clero

e a burguesia. Dom Pedro I, que ficou com a fama de estouvado e impulsivo, mesmo assim, invocava o conselho que lhe deu seu pai, dom João VI, quando lhe recomendou: "Guia-te pelas circunstâncias com prudência e cautela."

Durante o primeiro e o segundo reinados, a imagem dos miseráveis ficou com os escravos, tidos como propriedade e, portanto, fora dos objetivos de justiça social. O despertar da visão abominável da escravidão foi mais uma tomada de posição humanitária do que realmente um enfoque social.

Vem a República, um movimento castrense, nascido da chamada Questão Militar, também sem nenhuma participação do povo, como assinalam os historiadores. Os políticos que aderiram à República e lhe deram suporte em grande parte eram aqueles que ficaram descontentes com a Abolição.

Eles derrubaram o trono, responsabilizando-o pela Lei Áurea, assinada pela

princesa Isabel, herdeira e sucessora do velho pai, dom Pedro II. Portanto, os que operavam politicamente a República não tinham nenhuma simpatia pela questão social e, ao contrário, eram os conservadores senhores de escravos que se julgavam traídos pela monarquia.

Daí a República Velha jamais colocar entre seus objetivos a criação de uma sociedade que pudesse diminuir o fosso existente entre as classes ricas e as classes pobres. Os negros passaram, então, a ser a face visível dessa sociedade e a interpretação que se fazia dela não era de que eles, libertos, vinham engrossar a grande massa dos miseráveis, mas a condenação do fim da escravatura como responsável pela crise da produção agrícola e pela anarquia racial das cidades.

Nesse quadro, a classe dos camponeses não existia e, com a saída dos escravos, buscou-se na imigração um substituto para a mão-de-obra livre. Os imigrantes, dominando uma técnica agrícola

la mais avançada, em breve se tornaram proprietários e custou bastante tempo para um fluxo significativo de recrutamento do braço livre.

As outras revoltas existentes no país, como o Tenentismo de 22 e a Revolução de 30, tinham motivações políticas e objetivos predominantemente políticos. A questão social não estava nos seus programas. Getúlio Vargas não criou uma política social; ele abordeu o enfoque trabalhista, na trilha da Carta del Lavoro, de Mussolini, e atrasou o movimento proletário em 30 anos, que, no Brasil, só veio afirmar-se nos fins dos anos 60, fugindo da tutela do Ministério do Trabalho, para legitimar-se através de sindicatos livres, o que somente ocorreu no ano de 1985.

A verdade é que, em face de razões diferentes, na América Latina criou-se um tipo de sociedade em que existe uma grande concentração de renda — e o Brasil é o campeão do modelo — com des-

níveis individuais, grupais e regionais.

O neoliberalismo, a economia de mercado já por si altamente concentradora de renda, encontra-nos nessa situação. Assim, um modelo estruturalmente cruel é catalisado pela conjuntura, gerando um situação explosiva. A automação, a compactação dos produtos, a diminuição do consumo de matéria-prima com a descoberta de novos materiais, tudo isso nos leva ao desemprego, a forma mais brutal e trágica do problema social.

O salário do desempregado é zero, portanto, para ele, não adiantam os índices da economia, frango barato nem estabilidade, pois ele continua, como está desde a colônia, vítima de uma sociedade que ainda não despertou para o fato de que jamais poderemos viver em paz, com milhões de brasileiros afastados da esperança de participar da riqueza nacional.

JOSÉ SARNEY é presidente do Senado.